INOV inesc

Relatório & Contas 2024

Índice

1. Mensagem do Presidente 3
2. O INOV 7
   - 2.1. Cronologia 7
   - 2.2. Posicionamento Estratégico 8
   - 2.3. Missão, Visão e Valores 9
   - 2.4. Localização 9
3. Atividade em 2024 9
   - 3.1. Resumo da Atividade 9
   - 3.2. Destaques 11
   - 3.3. Indicadores 14
   - 3.4. Recursos Humanos 15
4. Análise Económica e Financeira 17
   - 4.1. Desempenho Económico-Financeiro 17
   - 4.2. Proposta de Aplicação de Resultados 20
5. Demonstrações Financeiras 21
   - 5.1. Mapa das Demonstrações Financeiras 21
   - 5.2. Anexo às Demonstrações Financeiras 25
6. Relatórios de Auditoria 47

1. Mensagem do Presidente

Fernando Moreira

Presidente do Conselho de Administração

É-nos impossível ignorar a envolvente mediática, incluindo a sua influência indireta: sejam as redes sociais, os canais de comunicação social mais tradicionais, os familiares, os amigos, ... Mesmo que tentemos limitar a inundação de dados que nos entram pelos sentidos dentro (por vezes com grande dificuldade em lá identificarmos informação válida), não conseguimos (nem devemos) alhear-nos do que se passa aqui ao pé nem a milhares de quilómetros de distância. Se retrocedermos ligeiramente no tempo, uns anitos apenas, conseguimos ter muito presente a pandemia, as novas guerras, os ajustes políticos mundiais (com empresas globais cada vez detendo mais poder real, com mais ou menos Estado por trás), a Inteligência Artificial já tão omnipresente. Se tentamos projetar-nos um pouco mais à frente, há mais possíveis novas guerras, o fim do PRR, o fantasma de mais eleições, o planeta a cansar-se de nós, a Inteligência Artificial com grande impacto na sociedade.

É normal que tudo nos deixe pouco tranquilos, por vezes apreensivos, e com tantas dúvidas e incertezas. Como não nos devemos deprimir (pelo menos coletivamente), o caminho tem de ser refugiarmo-nos em princípios básicos fundamentais, e dessa forma não nos perdermos, desmotivarmos, ou deixarmos de acreditar que vale a pena prosseguir. E com esses princípios conseguirmos viver e não apenas existir, cumprindo os papéis que fazem sentido ser desenvolvidos por nós, devolvendo à sociedade o que ela nos tem dado ao longo dos anos. Ao mesmo tempo esperando que isso também seja e tenha sentido em mais organizações e pessoas. Desta forma podemos combater as incertezas, as ameaças, as farsas, as falsidades, que não sendo novidade acontecerem, são tão mais rápidas a aparecer e difíceis de identificar.

Institucionalmente devemos continuar a ter (e desenvolver) um conjunto de ferramentas para enfrentar os desafios que se nos vão colocando, e com elas sermos cada vez mais originadores e cada vez menos seguidores. O momento institucional é de projeção futura, de aposta, de esgravatar em direções e temas que identificámos (e vamos identificando) relevantes e promissores para continuarmos a fazer avançar esta máquina coletiva em movimento que é o INOV. Pelo caminho vamos enfrentando obstáculos, identificando oportunidades, vamo-nos equipando para reduzir as nossas fraquezas, e vamos utilizando as nossas forças para atingirmos os nossos objetivos. Com a nossa equipa, temos mais do que é necessário para sermos cada vez mais relevantes, executarmos bem a nossa missão e perseguirmos a nossa visão. E continuarmos a sentir-nos bem nesta nossa casa.

O ano de 2024 apresenta estabilização de macro indicadores institucionais, com os de pessoas e económico-financeiros no topo da lista. A equipa estabilizou, para o que acreditamos terem contribuído fortemente as apostas que temos feito na política de recursos humanos e na melhoria geral das instalações. Com algumas variações nas grandes rubricas orçamentais tradicionais com que normalmente olhamos para nós (Prestações de Serviços, Projetos de I&D&I nacionais e Projetos de I&D&I europeus), subimos ligeiramente os proveitos totais e mantivemos o nível de resultados e investimento. Enquanto lançamos medidas de crescimento, de manutenção e até de substituição, deixa-nos orgulhosos o que vamos conseguindo para solidificar as estruturas que temos operacionalizado nos últimos anos.

Os resultados apresentam proveitos totais de cerca de 6,16 M€ (aumento de 4% face a 2023), sendo cerca de 18% em VPS, para um resultado líquido de cerca de 202K€ (aumento de 2% face a 2023). O número de colaboradores estabilizou, sendo no fim do ano 142, dos quais 86 contratados.

A atividade desenvolvida é descrita em pormenor no nosso Relatório Anual de Atividades, sendo que continua a destacar-se o forte envolvimento em programas europeus (com 31 projetos em curso e 39 novas propostas apresentadas), o avanço nas agendas PRR em que estamos envolvidos (3 agendas), o incremento das ações estruturais do CTI, e a boa prestação em serviços de I&D&I (continuando o sistema CICLOPE com muito bom desempenho). O envolvimento em projetos nacionais de I&D&I (excluindo o apoio infraestrutural) teve uma diminuição (cerca de 18% em proveitos), enquanto nos europeus a diminuição foi de cerca de 15% em proveitos, o que foi compensado com um aumento de cerca de 21% em proveitos de prestações de serviços.

Merecem destaque alguns fatores de desenvolvimento.

Com algum atraso na etapa de avaliação, a nossa aposta de lançar e projetar uma unidade de I&D segundo as regras da FCT está em marcha. Apresentámos a candidatura de uma unidade que reúne mais de 80 pessoas e que se apresenta com a estratégia científica centrada nos dados, desde a geração à análise, passando pelo transporte e armazenamento. O INESC INOV - Lab já arrancou e está a lançar as bases de funcionamento que se espera atinjam velocidade de cruzeiro em 2026, contando com financiamento da FCT. Aumentar a presença em TRLs mais baixos e com isso melhorar a transferência de tecnologia, numa atuação complementar e sinergética com os outros dois INESCs em Lisboa (INESC ID e INESC MN), permitirá atingir novos estádios institucionais e preparar-nos melhor para os novos cenários de financiamento do I&D&I. Acreditamos que a avaliação da nossa candidatura assim o permitirá, a ver vamos.

A equipa de Desenvolvimento de Negócio e Valorização do Conhecimento (que inclui o núcleo que conhecemos por attachés) já está a rolar em velocidade de cruzeiro, focada em áreas nacionais e internacionais que identificámos como apostas ganhadoras. Contamos com eles para mantermos e melhorarmos as relações com PMEs e as prestações de serviços de I&D&I, incluindo continuarmos bem presentes nas linhas P2030 e HEu.

O INESC Lisboa vai percorrendo o seu caminho, não com a velocidade que todos desejariam, mas isto de interagir com percursos institucionais com décadas de afirmação nacional e internacional exige muito das 3 instituições, incluindo alguma paciência. Algumas atividades já estão bem alicerçadas no que conhecemos como INESC Serviços, outras estão a tentar perceber como podem afirmar-se (laboratórios, gestão das instalações), e outras ainda procuram perceber se fazem sentido e como (gestão da inovação, valorização do conhecimento, comunicação), enquanto a governança geral passará por uma reavaliação em 2025. Esta aposta de longo prazo, visando também novos financiamentos (para o INOV) da atividade de I&D, faz muito sentido para uma aproximação conjunta às entidades gestoras dos instrumentos de financiamento regionais e nacionais: precisamos cimentar o papel da I&D&I, combatendo o erro monumental que é a regionalização dos apoios a essas atividades realizadas por instituições do sistema científico e tecnológico.

O INESC Brussels HUB continua a ajustar os seus processos de interação às expectativas e realidades específicas de cada INESC. Para esse fim, está em curso uma estratégia de expansão que visa tanto o alargamento do espaço físico em Bruxelas como também a otimização do seu funcionamento. Em meados de 2024 foi introduzida uma nova abordagem baseada no conceito de *Sensing&Seizing*,

concebida para reforçar a articulação entre o HUB e os institutos. Este modelo permite que cada INESC designe um colaborador como ponto de contacto direto com o HUB, num formato semelhante a um *Secondment*, garantindo um alinhamento mais eficaz com os desafios e oportunidades identificados por cada instituto. No caso do INOV, em coordenação com o IBH, decidiu-se apoiar um colaborador na criação de uma nova rede de contactos na área da Biodiversidade e Sustentabilidade.

O novo laboratório de Eletrónica e Telecomunicações em Lisboa já está implantado e com mais alguns pormenores ficará totalmente operacional, preparado para responder às solicitações internas e ao mercado que necessita de desenvolvimento, testes e prototipagem rápida. Pertencendo ao conjunto de equipamentos que existem nos INESCs em Lisboa e que poderão vir a ser disponibilizados como uma infraestrutura com gestão conjunta, é um investimento INOV que precisaremos manter e evoluir e para o qual teremos de canalizar financiamentos que nos permitam usá-lo e promovê-lo.

A nossa comunicação tem conseguido resultados que merecem ser apontados: de uma coexistência simples com os novos modos de comunicar com os parceiros e a sociedade em geral, passámos nos últimos tempos para uma presença muito ativa nas redes sociais, cumprindo bem melhor a nossa obrigação de divulgar e disseminar atividades e com elas demonstrar o que vamos consolidando em termos de conhecimento, capacidade científica e tecnológica e interação com os mercados nas vertentes de novos produtos e novos serviços.

Os temas tratados atrás já incluem considerações de futuro, médio e longo prazo. Mas importa aqui realçar dois ou três com olhar mais incisivo.

Desde logo o futuro dos CTI. A nossa preocupação (e dos nossos pares) está patente na Associação recentemente criada. Apesar de não termos ainda dados que nos permitam estar otimistas nem levantar alarmes, o facto de os financiamentos estarem neste momento ligados ao PRR e de os CTIs serem avaliados em paralelo aos Colabs deixa-nos pelo menos alerta sobre o caminho reservado para estas entidades. Não repetindo todos os argumentos de sempre, importa ainda assim recordar que forçar no curto prazo atividades e estruturas nos CTI e esperar que eles consigam perseguir o 1/3 – 1/3 – 1/3 de tipologia de proveitos sem garantir no médio-longo prazo previsibilidade no financiamento ou, no mínimo, avisar atempadamente do seu fim, é uma forma péssima de gerir instrumentos reconhecidamente poderosos de inovação. Se é verdade que os CTI têm demonstrado ao longo do tempo que se adaptam, as fortes tensões que têm de gerir nos longos intervalos de indefinição com ausência de financiamento arrasam as apostas que fazem para terem capacidade de intervenção nacional e internacional, reativa e proativa. Esperemos que não venha aí outro compasso de espera: estar eternamente em modo de sobrevivência impede foco e apostas sérias de médio e longo prazo, além de que multiplicam razões para não execução dos planos.

O detalhe dos proveitos de 2024 diz-nos que os proveitos originados no co-financiamento de projetos de I&D&I nacionais e europeus teve uma redução com algum significado percentual, merecendo a nossa atenção redobrada. Há questões circunstanciais de atrasos (nacionais), hiatos (europeus) nas chamadas de propostas e aumento da competitividade nas candidaturas, que estamos a conseguir equilibrar com apostas nas prestações de serviços, mas mesmo assim a procura de um leque ainda mais alargado de intervenção nacional e internacional conducente a novas fontes de proveitos é muito relevante ser dominado pelas diversas estruturas do INOV. A equipa de Desenvolvimento de Negócio e Valorização do Conhecimento está muito ativa nesta vertente, precisamos manter esta dedicação para que os resultados apareçam no tempo de retorno esperado.

A todos os que têm contribuído para que o INOV mantenha o seu rumo manifestamos o nosso apreço e reconhecimento.

Aos colaboradores o profundo agradecimento pela confiança que depositam no INOV para a concretização da sua realização e desenvolvimento profissional e pessoal.

Aos associados agradecemos, em nome de todos os colaboradores, pelo renovado apoio na nossa ambição para o INOV prosseguir uma estratégia de consolidação e crescimento sustentado no médio e longo prazo, através da aposta inequívoca na qualidade e excelência da nossa atividade de I&D&I.

Aos Clientes, Parceiros, Conselho Fiscal, Auditores Externos, desejamos que continuem unidos connosco neste percurso de construção de uma organização de referência, solidamente preparada para o futuro.

"Com a nossa equipa, temos mais do que é necessário para sermos cada vez mais relevantes, executarmos bem a nossa missão e perseguirmos a nossa visão. E continuarmos a sentir-nos bem nesta nossa casa."

Lisboa, 12 de março de 2025

2. O INOV

2.1. Cronologia

A génese do INOV - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Inovação, remonta aos Centros de Transferência de Tecnologia do INESC, criados no âmbito do Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa (PEDIP) II, na década de 1990. Evoluiu para uma Infraestrutura Tecnológica (IT) e, em 2017, tornou-se um Centro de Interface (CIT – Centro de Interface), mantendo o modelo inicial de possuir uma equipa técnica própria, complementada por outros recursos essenciais ao desenvolvimento das suas atividades.

Atualmente, reconhecido como um CTI (Centro de Tecnologia e Inovação) pelo Ministério da Economia, o INOV dedica-se à investigação aplicada e à transferência de conhecimento e tecnologia no domínio das TICE nas seguintes áreas estratégicas fundamentais:

Figura 1 – Domínios de I&D INOV.

Integrado no grupo INESC, o INOV beneficia da experiência e reconhecimento deste modelo de referência na articulação entre a Universidade e a Empresa.

Figura 2 – Estrutura Organizativa do grupo INESC.

Para fortalecer a sua presença na Europa, o grupo INESC criou o INESC Brussels HUB (IBH), para consolidar o seu posicionamento como uma organização europeia de referência, pela excelência na investigação e inovação, com impacto na sociedade, economia e política.

Desde 2020, o INOV integra também o INESC Lisboa, uma iniciativa conjunta com o INESC-ID e o INESC MN, que visa potenciar sinergias entre estes institutos de investigação nas áreas da Tecnologias da Informação, Comunicações, Eletrónica e Micro&Nano Tecnologias. Esta colaboração reforça o compromisso com a inovação e o desenvolvimento tecnológico em Portugal.

O INOV continua a crescer e a afirmar-se como um centro de referência em tecnologia e inovação, promovendo a ligação entre a Universidade, a indústria e a sociedade para impulsionar o progresso científico e tecnológico.

2.2. Posicionamento Estratégico

O INOV é um Centro de Tecnologia e Inovação privado sem fins lucrativos, dedicado à investigação aplicada e transferência de conhecimento e tecnologia, de forma estruturada e profissional, através da prestação de serviços de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D+I), consultoria técnica e formação em áreas tecnologicamente avançadas no domínio das TICE (Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica).

A organização distingue-se pela sua capacidade de analisar, conceber e implementar ideias para produtos, serviços e negócios, resultando na criação de protótipos, demonstradores tecnológicos, produtos e sistemas. Entre os resultados positivos, destacam-se o sucesso na obtenção de patentes e a criação de *spin-offs*.

Com ligações privilegiadas com Instituições de Ensino Superior (IES) e outros centros de saber, a par de um conjunto importante de certificações, parcerias e qualificações, tem por objetivo auxiliar as empresas (com enfoque nas PME) nos seus processos de inovação e internacionalização, através da endogeneização tecnológica como fator diferenciador nas suas estratégias de crescimento.

O modelo de atuação, enquadrado no perfil europeu de RTO (*Research and Technology Organisation*), está representado na figura abaixo.

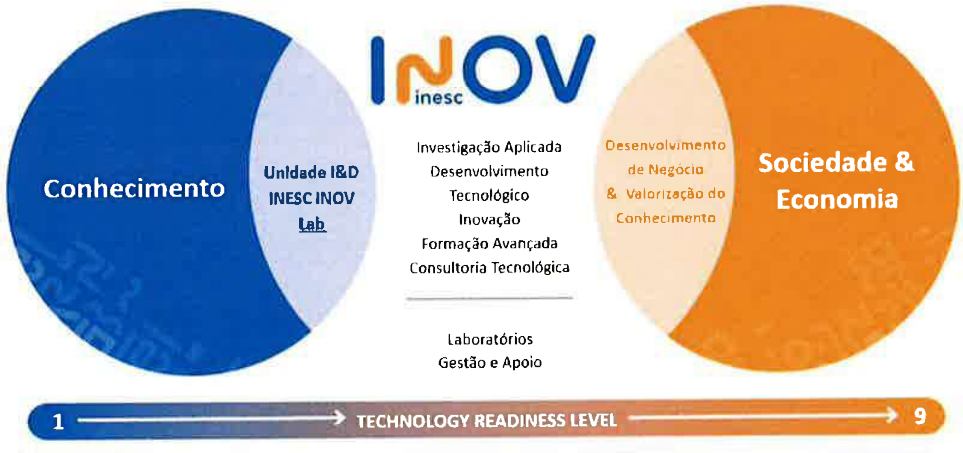


Figura 3 – Modelo de Atuação.

Enquanto RTO, o INOV deve articular com a criação de conhecimento, realizada maioritariamente nas instituições do ensino superior, e com a economia e sociedade. Essa articulação não é um mero interface, envolvendo atividade de transformação do conhecimento em tecnologia e inovação o que se traduz, por exemplo, no aumento do TRL das tecnologias envolvidas, aproximando-as do mercado. Em 2023, enquadrado no projeto infraestrutural CTI, foi iniciado um processo de reforço e reestruturação das duas interfaces que caracterizam este tipo de instituições: a interface com a criação e produção de conhecimento, maioritariamente IES; e a interface com a sociedade/economia.

2.3. Missão, Visão e Valores

MISSÃO: Transformar conhecimento em tecnologia com valor na cadeia de inovação.

VISÃO: Liderar a inovação em Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica.

VALORES: Atuamos com base em relações de confiança, excelência, agilidade e cooperação.

2.4. Localização

As instalações do INOV localizam-se em quatro pontos estratégicos:

Figura 4 – Localização.

3. Atividade em 2024

3.1. Resumo da Atividade

A conjuntura internacional em 2024 continuou a ser muito marcada pela guerra na Ucrânia e também pelo confronto entre Israel e o Hamas que, infelizmente, ainda persistem. Estes conflitos continuam a moldar novas atitudes e abordagens a nível global, e em particular na Europa, sobre questões relacionadas com Segurança e Defesa. Além disso a indústria europeia, sobretudo a automóvel, tem enfraquecido bastante devido a uma combinação de fatores: à transição energética, às restrições ambientais impostas pela Comissão Europeia e à crescente concorrência externa, especialmente de fabricantes asiáticos.

Todo este quadro começou a ter e, certamente terá nos próximos anos, grandes impactos na política económica europeia e na gestão dos fundos de I&D&I europeus. O INOV tem vindo a preparar-se para

novos cenários em que as vertentes de Defesa e Segurança tenham maior destaque, fortalecendo a sua rede de parceiros e também as suas competências e conhecimento residentes.

O projeto infraestrutural CTI, iniciado em 2023, teve em 2024 um período forte de execução visando sobretudo o reforço do posicionamento enquanto RTO e em particular a articulação com a suas "charneiras": o "Conhecimento", a montante, e a "Sociedade e Economia", a jusante.

O processo de candidatura a Unidade reconhecida pela FCT, iniciado em 2023, continuou com a sua submissão, com o nome "INESC INOV – Lab" em abril de 2024 e, posteriormente, com a entrevista remota com o painel "Electrical and Computer Engineering" no dia 6 de novembro. Este processo continuará em 2025 e espera-se que com desfecho positivo. Em 2024 começaram a ser criadas as condições necessárias ao funcionamento desta nova unidade ao nível dos processos internos e das interações com um maior número de investigadores, na sua maioria universitários, que incluíram sessões de apresentação dos investigadores e da sua atividade de I&D, passando pela organização da atividade científica e de toda a estrutura de suporte operacional.

A equipa de "Desenvolvimento de Negócio e Valorização do Conhecimento", constituída por seis *Attachés* de Inovação, entrou em pleno funcionamento em 2024. Este processo foi gradual e envolveu a formação dos elementos no que respeita à atividade da instituição e, em particular, nas especificidades técnico-científicas das áreas acompanhadas por cada um deles. Como resultado desta atividade em 2024, destaca-se a submissão de trinta e oito candidaturas a projetos Horizon Europe e de seis candidaturas a programas nacionais. Foram também desenvolvidos contactos com diversas empresas para avaliação de necessidades e oportunidades e apresentação das competências e tecnologias do INOV, destacando-se o setor da indústria e em particular da cerâmica. Foi também em 2024 que se iniciou o licenciamento da tecnologia de deteção automática de incêndios florestais a nível internacional, neste caso para a Grécia.

Ao nível da capacidade laboratorial, foi terminado o processo de aquisições que envolveu as obras de remodelação do espaço, a aquisição do mobiliário técnico e dos últimos equipamentos desta fase. Não foi possível operacionalizar o "Laboratório 6G & Internet das Coisas (IoT) & Demonstradores" ainda em 2024, tendo sido encerrados os processos principais e realizadas as obras quase na totalidade.

As atividades centrais do INOV, assentes nas Áreas Estratégicas de I&D e nas Áreas de Incubação Tecnológica, apresentaram em 2024 um desenvolvimento próximo do inicialmente planeado. No que respeita às Áreas de I&D destaca-se o processo de adaptação da atividade da Área de Interface e Co-criação à nova realidade trazida pelo INESC INOV-Lab. Todas as Áreas de I&D apresentaram bons resultados de execução física e financeira nos projetos co-financiados europeus e nacionais, assim como nas prestações de serviços. Nas Áreas de Incubação Tecnológica salientam-se os esforços de internacionalização do módulo de deteção automática de incêndios florestais, tendo sido vendidas as primeiras licenças, que serão instaladas e configuradas em 2025. Paralelamente, mantiveram-se os investimentos na melhoria do sistema de deteção automática de incêndios e na evolução e disseminação dos sistemas de controlo de qualidade e de gestão da produção para a indústria cerâmica.

Em termos gerais, é de salientar que a atividade desenvolvida, sobretudo no âmbito dos projetos de I&D&I cofinanciados e apoiada pelo projeto CTI, tem sido fundamental para a consolidação de competências e conhecimento, bem como para o desenvolvimento de tecnologias em áreas técnico-científicas essenciais para o INOV, tais como cibersegurança, visão artificial e processamento de sinais.

No que respeita à articulação com o IBH, além das atividades transversais de suporte em Bruxelas, foi definido que, no âmbito de uma nova estratégia de "Sensing&Seizing", o IBH apoiará um colaborador do INOV na criação de uma rede na área da Biodiversidade/Sustentabilidade.

No âmbito no INESC Lisboa foi realizado o encontro de colaboradores dos três institutos, que incluiu também o INESC "Holding". O evento contou com a participação do Dr. Dejan Milojicic, "Chair of IEEE Future Directions Industry Advisory Board", como orador, abordando as principais tecnologias emergentes e megatendências tecnológicas, assim como o posicionamento dos INESC face a estas novas dinâmicas.

3.2. Destaques

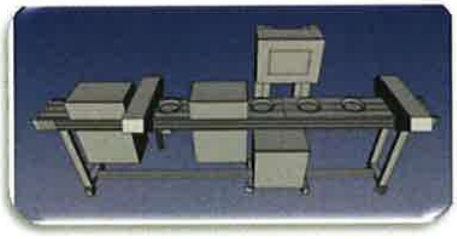
O ano de 2024 foi marcado por avanços estratégicos para o INOV, reforçando o seu compromisso com a inovação e o desenvolvimento tecnológico. Neste capítulo, destacamos os principais marcos do ano, incluindo o arranque de novos projetos europeus, a consolidação da capacidade laboratorial, a participação ativa em associações e iniciativas que fortalecem a colaboração e a transferência de conhecimento, bem como o impacto dos projetos financiados pelo PRR no crescimento e posicionamento da instituição.

- **Projetos I&D:**

O **LINGUARISE-DC** é um projeto pioneiro na área da Defesa que recorre a *Human Language Technologies* (HLT) para desenvolver a comunicação, a recolha de inteligência e a colaboração *ad-hoc* em missões lideradas pela UE. Ao utilizar HLT de ponta, o projeto pretende aperfeiçoar a proficiência comunicativa, otimizar a recolha de informação e fortalecer a cooperação em colaborações pontuais, contribuindo diretamente para o sucesso das operações europeias. A natureza modular e adaptável da plataforma proposta torna-a numa solução inovadora, com o potencial de transformar as capacidades linguísticas em contextos militares.

O **SNS CO-OP** apoia a iniciativa SNS JU (*Smart Networks and Services Joint Undertaking*) na promoção da visão europeia sobre 6G, coordenando atividades estratégicas e garantindo a continuidade das infraestruturas para futuras fases. O projeto baseia-se no trabalho do SNS OPS e SNS ICE para fortalecer a colaboração entre *stakeholders* e maximizar o impacto das iniciativas SNS. O INOV tem um papel essencial, sendo responsável pela organização dos eventos EUCNC & 6G Summit em 2025 e 2026, fundamentais para disseminar os avanços da iniciativa.

- **PRR's em Destaque:**



No âmbito do projeto **ECP – EcoCerâmica e Cristalaria de Portugal**, o INOV está a desenvolver uma plataforma baseada em *blockchain* para o Passaporte Digital do Produto, incorporando automaticamente informação diretamente da linha de produção. Esta plataforma permite rastrear a cadeia de valor dos produtos cerâmicos, desde as matérias-primas até aos

produtos finais, e disponibiliza tecnologia para a criação de um *marketplace* dedicado à gestão e reciclagem de resíduos gerados em diferentes setores.

Ao longo de 2024, foram testadas e analisadas diversas abordagens para a rastreabilidade dos produtos cerâmicos, tendo sido definida a abordagem tecnológica a adotar.

O **SSP - Sustainable Stone Portugal** é um projeto na área da indústria da pedra em que o INOV participa.

Os resultados da participação do INOV são a contribuição para a identificação das estruturas informacionais do negócio da pedra, uma ontologia de sensores (equipamentos e máquinas do processo extrativo e de transformação) e uma plataforma agregadora e gestora dos dados enviados pelos sensores (IoT Hub) que os disponibilizará para outras aplicações do ecossistema.

- **Consolidação da Capacidade Laboratorial do INOV:**

De destacar em 2024, o investimento efetuado na reformulação e reforço da capacidade laboratorial do INOV no âmbito do financiamento Missão Interface.

Os investimentos incluíram a modernização das infraestruturas, aquisição de equipamentos avançados e reforço de recursos humanos especializados, integrando-se estrategicamente com os laboratórios existentes. Com foco em eletrónica, 5G, IoT e sensorização, esta nova infraestrutura permite apoiar as empresas na inovação e digitalização. A consolidação do laboratório reforça o papel do INOV como referência em tecnologias emergentes, contribuindo para a competitividade e transformação digital da indústria nacional.

- **Participação em Redes Colaborativas:**

Em maio de 2024, o INOV tornou-se associado coletivo da **AP2SI – Associação Portuguesa para a Promoção da Segurança da Informação**, reforçando a sua atuação no âmbito da cibersegurança. Esta parceria alinha-se com a experiência do INOV na área e a sua participação em iniciativas da AP2SI. A adesão reafirma o compromisso do INOV em fortalecer a segurança da informação em Portugal, promovendo a partilha de conhecimento e boas práticas no setor.

O INOV aderiu à **CEDES – Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável** como associado honorário, reforçando o seu compromisso com a inovação e a sustentabilidade. Esta parceria promove oportunidades de *networking* e aumenta a visibilidade das atividades de I&D e transferência de tecnologia do INOV. Além disso, permitirá contribuir para soluções inovadoras em eficiência energética, economia circular e digitalização

sustentável, alinhadas com o *Green Deal* e a neutralidade carbónica até 2050, fortalecendo o ecossistema nacional de inovação.

- **Inovação e transferência de tecnologia**

Em 2024, o INOV consolidou a sua posição como um parceiro estratégico na transformação do conhecimento em tecnologia, impulsionando a inovação e a competitividade das empresas e organizações. Desenvolveu e disponibilizou um vasto leque de serviços tecnológicos, reforçando a sua missão de criar valor na cadeia de inovação.

O INOV promoveu atividades de formação avançada, incluindo a Escola de Outono sobre "Tecnologias Emergentes para o Negócio", um MOOC, e um curso especializado em *E-Health*, contribuindo para a capacitação técnica de profissionais e empresas.

No âmbito da consultoria e estudos técnicos, conduziu análises especializadas nas áreas de telecomunicações e IoT, além de prestar consultoria em I&D para engenharia empresarial e transformação digital.

Reforçando o seu compromisso com a inovação tecnológica, o INOV disponibilizou serviços em eletrónica (e.g. Engª de Produto, *Firmware*, ...), expandiu a sua atuação em auditorias de cibersegurança e continuou a desenvolver soluções integrando tecnologias diversas (e.g. IA, Visão Artificial, ...) personalizadas para a indústria têxtil e cerâmica.

A nível internacional, destacou-se pelo licenciamento, na Grécia, do módulo de deteção automática do sistema de deteção precoce de incêndios florestais, uma solução inovadora para monitorização e gestão do combate a incêndios.

Com estes exemplos de iniciativas, o INOV continua a afirmar-se como um motor de inovação e transferência tecnológica, contribuindo para a digitalização e a competitividade dos seus parceiros nos mais diversos setores de mercado.

- **Processo de Custódia Digital**

O trabalho desenvolvido pelo investigador do INOV Gabriel Pestana na área da gestão de custódia digital contribuiu para a definição de um novo *framework* europeu no domínio da segurança digital. Desenvolvido no âmbito do projeto STRATEGY e submetido ao CEN/TC 391, um estudo de caso demonstrou a aplicação da padronização da gestão da cadeia de custódia digital (dCoC), resultando na criação de especificações técnicas para incidentes CBRNE. A investigação propõe um modelo inovador com conceitos como Metadata de Custódia Digital (DCM) e Pontos de Transferência de Custódia (CTPs), visando contribuir para a harmonização dos processos de custódia digital na União Europeia e reforçando a segurança jurídica e a eficácia das operações forenses digitais.

3.3. Indicadores

No compromisso com a excelência organizacional e o sucesso estratégico, apresentamos um conjunto de métricas e indicadores que oferecem uma visão abrangente do INOV. Estes compreendem diversas áreas, incluindo projetos nacionais e europeus, colaborações, parcerias, atividades de divulgação e fontes de receita.

31 Projetos Nacionais e Internacionais e 364 Parceiros

8 Projetos Nacionais
126 Parceiros

23 Projetos Internacionais
238 Parceiros

Publicações Científicas

32 Artigos Revistas

11 Artigos Conferências

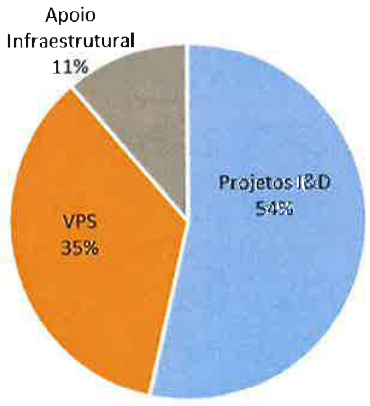
1 Capítulo de Livro

Financeiros

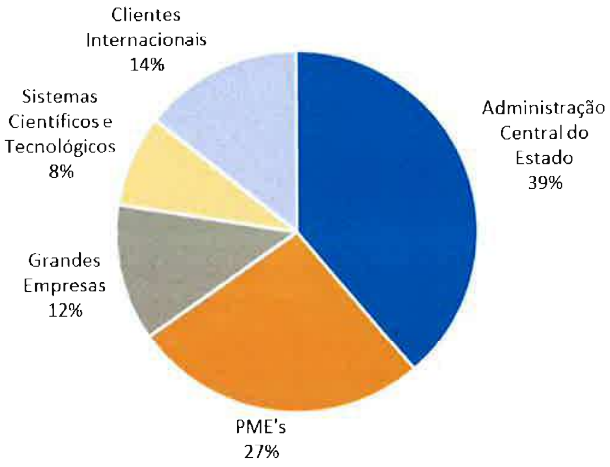
Projetos I&D
3,09M€

Vendas e Prestações de Serviços
2,03M€

Apoio Infraestrutural
648K€



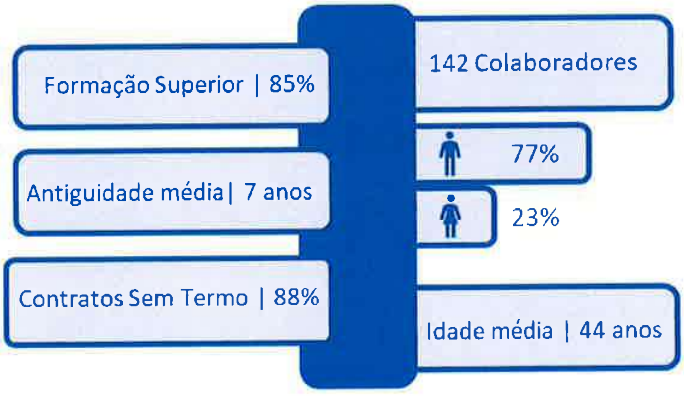
49 Clientes Nacionais e Internacionais



3.4. Recursos Humanos

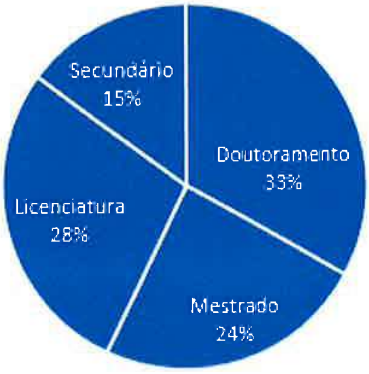
O INOV conta com uma equipa altamente qualificada, composta maioritariamente por engenheiros de nível VII e investigadores doutorados, especializados no desenvolvimento de projetos de I&D+I. A experiência destes profissionais torna-se cada vez mais importante à medida que os projetos do INOV evoluem para níveis mais elevados de maturidade tecnológica (TRL).

Embora a retenção de talento seja uma prioridade, a rotatividade de pessoal é encarada como parte natural do processo, contribuindo por um lado para a formação de técnicos qualificados para o mercado e por outro para a renovação e atualização do conhecimento dentro da organização.



Além dos colaboradores contratados, o INOV mantém uma forte ligação com instituições de ensino superior, através de acordos que permitem integrar investigadores doutorados. Estes investigadores orientam bolseiros de mestrado e doutoramento, que colaboram em projetos com TRL mais baixo, assegurando o suporte científico necessário.

Habilitações Literárias



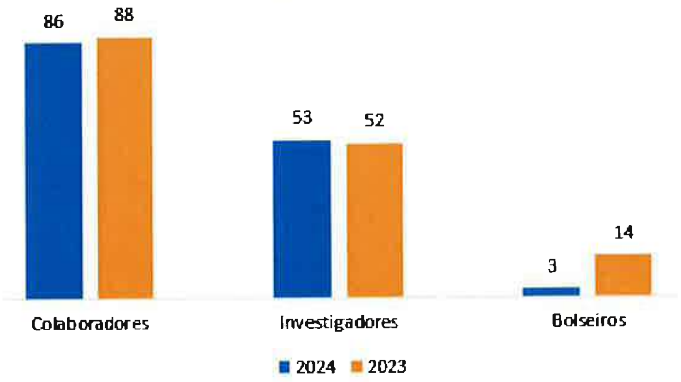
Adicionalmente, os investigadores desempenham um papel estratégico como consultores científicos, garantindo a atualização contínua do conhecimento e a exploração de novas áreas de inovação que possam fortalecer a posição do INOV no setor tecnológico.

O ano de 2024 foi marcado pela consolidação da atividade do INOV, com um crescimento mais moderado do que em anos anteriores, impulsionado por projetos como os do PRR.

O INOV tem vindo a reforçar a sua equipa e a implementar iniciativas para integrar os novos colaboradores de forma eficiente. Destaca-se ainda a tendência positiva no aumento da participação feminina em funções técnicas, contrariando a escassez desse perfil nas áreas das TICE.

Com um decréscimo no número de bolseiros, o INOV mantém uma força de trabalho estável e altamente qualificada, garantindo o equilíbrio entre ciência, desenvolvimento e gestão, essencial para apoiar as empresas na sua diferenciação tecnológica.

Tipo de Ligação



Pela elevada apetência do mercado por Recursos Humanos altamente qualificados continua a existir risco na perda dos investimentos efetuados na contratação e fixação/formação das equipas.

Ações positivas continuam a ser desenvolvidas para mitigar este risco com políticas de RH adequadas a esses perfis, das quais se destacam: a assinatura de parcerias (ginásio, acesso a Jardim de Infância); a melhoria das condições de trabalho, com café e fruta à disposição dos colaboradores do INOV, melhoria dos espaços para descanso (*lounge*) e condições que contribuem para o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

4. Análise Económica e Financeira

4.1. Desempenho Económico-Financeiro

RESULTADOS

O INOV registou em 2024 um desempenho positivo, com melhoria dos principais indicadores económicos de atividade.

O volume total de Rendimentos Operacionais atingiu 6 054 mil euros, o que representa um crescimento de atividade de 3% em relação ao ano anterior.

O Resultado Operacional antes de Depreciações, Juros e Impostos e o Resultado Líquido do Exercício totalizaram, respetivamente, 478 mil euros (mais 7% que em 2023) e 202 mil euros (mais 2% que em 2023):

Valores em milhares de Euros

Resultados	2024	2023	Δ %
Rendimentos Operacionais	6 054	5 886	3%
Gastos antes de Depreciações, Juros e Impostos	5 576	5 439	3%
Resultados antes Depreciações, Juros e Impostos	**478**	**446**	**7%**
Rendimentos Financeiros	105	35	198%
Depreciações e Amortizações, Juros e Impostos	382	284	34%
Resultado Líquido do Exercício	**202**	**198**	**2%**

Nos Rendimentos Operacionais verificou-se uma redução de 5% (menos 191 mil euros) na componente de projetos de I&D, que foi compensada por um aumento das prestações de serviços, que se situou 18% acima do ano anterior (mais 314 mil euros).

Em termos de Rendimentos Totais, o aumento global foi de 4%, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Valores em milhares de Euros

Rendimentos	2024	2023	Δ %	2022
Serviços prestados	2 026	1 712	18%	2 951
Projetos I&D co-financiados	3 736	3 927	-5%	2 651
- Projetos Nacionais	*1 741*	*1 571*	*11%*	*856*
- Projetos Europeus	*1 995*	*2 356*	*-15%*	*1 795*
Total Serviços Prestados + Projetos I&D	**5 762**	**5 639**	**2%**	**5 602**
Outros rendimentos	293	247	19%	47
Total dos Rendimentos operacionais	**6 054**	**5 886**	**3%**	**5 649**
Rendimentos Financeiros	105	35	198%	
Rendimentos Totais	**6 159**	**5 921**	**4%**	**5 649**

As Prestações de Serviços foram de 2 026 mil euros, tendo o seu peso nos Rendimentos Operacionais, passado de 29% em 2023, para 33% em 2024. Este aumento deve-se sobretudo a algumas novas implementações das soluções de vigilância de florestas no território nacional, e aos serviços de manutenção associados ao sistema instalado no território nacional.

Na componente de Projetos de I&D cofinanciados, o volume de rendimentos situou-se em 3,7 milhões de euros, com as seguintes origens:

- Uma redução de 15% (menos 361 mil euros) em Projetos I&D Europeus, que se encontram em fim de ciclo, aguardando-se ainda a resposta a um conjunto de candidaturas apresentadas ao longo de 2024;

- Um aumento nos rendimentos provenientes de Projetos I&D Nacionais de 11% (mais 169 mil euros) face ao exercício anterior. Este valor integra, o apoio infraestrutural referente ao CTI (Missão Interface) e 3 projetos PRR, com valores de 648 mil euros e de 934 mil euros, respetivamente.

Os Outros rendimentos atingiram 293 mil euros, integrando sobretudo a parte reconhecida no exercício referente a subsídios ao investimento (165 mil euros), acompanhando a evolução dos correspondentes gastos de depreciação.

Obteve-se ainda um rendimento financeiro de 105 mil euros com aplicações temporárias de tesouraria efetuadas em 2024.

Os Gastos Totais ascenderam a 5 958 mil euros, sendo a seguinte a sua desagregação pelas principais rúbricas:

Valores em milhares de Euros

Gastos	2024	2023	Δ %
Gastos com o pessoal	4 200	3 587	17%
Fornecimentos e serviços externos e Outros gastos	1 373	1 556	-12%
Perdas em dívidas a receber/Provisões	3	296	-99%
Gastos Operacionais (excl. Amortizações, Juros e Impostos)	**5 576**	**5 439**	**3%**
Gastos de depreciação e amortização	301	210	44%
Gastos de financiamento (Juros)	3	3	-18%
Impostos	78	71	9%
Gastos Totais	**5 958**	**5 723**	**4%**

Os Gastos Operacionais aumentaram 3% (137 mil euros) estando globalmente em linha com o crescimento da atividade verificado no exercício.

A principal componente é constituída pelos Gastos com Pessoal (4 200 mil euros), cuja evolução (mais 17% face ao período homólogo) reflete os ajustes salariais, bem como o investimento, que tem vindo a ser realizado de forma continuada, no reforço e retenção da estrutura de recursos humanos qualificados da instituição.

Este aumento foi parcialmente compensado por uma redução nos Fornecimentos e Serviços Externos de 183 mil euros, em parte relacionado com a menor necessidade de componentes para as instalações das soluções de videovigilância acima referidas.

BALANÇO

A estrutura do Balanço em 31 dezembro 2024 reflete uma situação financeira equilibrada:

Valores em milhares de Euros

BALANÇO	2024	2023	Δ %
Ativo			
Ativos fixos	828	552	50%
Dívidas correntes a receber	1 897	2 416	-21%
Diferimentos	18	19	-1%
Disponibilidades e Outros Depósitos	4 794	5 383	-11%
Total do Ativo	**7 538**	**8 370**	**-10%**
Passivo			
Dívidas correntes a pagar	2 352	2 162	9%
Dívidas por financiamentos obtidos	0	0	0%
Diferimentos	3 257	4 763	-32%
Outros passivos não correntes	178	177	1%
Total do Passivo	**5 787**	**7 102**	**-19%**
Fundos Patrimoniais	**1 363**	**1 268**	**8%**
Autonomia Financeira	**18%**	**15%**	**19%**

O Ativo Total regista um decréscimo, de 832 mil euros em 2024 face a 2023, decorrente sobretudo da redução das rubricas de dívidas a receber (menos 519 mil euros) e da rubrica de Disponibilidades (menos 589 mil euros).

Apesar da redução, o valor das Disponibilidades continua a representar a parcela de maior peso no Ativo (64%), e está em parte relacionado com as verbas de adiantamento recebidas no âmbito da execução de projetos, com contrapartidas no Passivo, na rúbrica de Diferimentos, que regista igualmente um decréscimo face a 2023 (menos 32%).

As Dívidas Correntes a Receber integram os saldos de clientes, e das entidades financiadoras relativamente à execução dos projetos cofinanciados de, respetivamente, 365 mil euros e de 1 507 mil euros, estando diretamente relacionadas com o ciclo normal das operações e com a evolução da atividade.

A situação de tesouraria manteve-se positiva, sem qualquer passivo bancário, permitindo à instituição a estabilidade e capacidade financeira necessárias para fazer face às necessidades de financiamento dos diversos projetos.

O valor dos Fundos Patrimoniais cresceu em cerca de 8%, em consequência sobretudo do impacto do valor do Resultado Líquido alcançado no exercício.

4.2. Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo em conta o saldo de prejuízos acumulados de anos anteriores, propõe-se que o Resultado líquido positivo do exercício, no montante de 201 781 euros (duzentos e um mil setecentos e oitenta e um euros) seja integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento a todas as entidades, organizações e pessoas que nos acompanharam e connosco cooperaram.

Fernando Moreira

António Leal

José Pimentel

Nelson Escravana

Elisabete Carreira

Luís Miguel Silveira

Paula Dias

5. Demonstrações Financeiras

5.1. Mapa das Demonstrações Financeiras

INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2024	2023
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	726 538	537 665
Ativos intangíveis		85 869	1 157
Participações financeiras	7	2 500	-
Outros ativos financeiros	7	13 527	13 527
Total do ativo não corrente		828 433	552 349
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	9	365 028	410 438
Estado e outros entes públicos	18	25 117	-
Outros créditos a receber	9	1 507 231	2 005 299
Diferimentos	10	18 445	18 680
Caixa e depósitos bancários	4	4 793 534	5 383 317
Total do ativo corrente		6 709 355	7 817 734
Total do ativo		7 537 789	8 370 083
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	11	1 000 000	1 000 000
Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	12	585 608	684 608
Reserva legal	13	3 081	3 081
Resultados transitados		(686 171)	(883 761)
Outras variações nos fundos patrimoniais	14	258 944	266 443
		1 161 463	1 070 371
Resultado líquido do exercício		201 781	197 591
Total dos fundos patrimoniais		1 363 244	1 267 962
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	16	109 318	106 191
Passivos por impostos diferidos	8	68 833	70 826
Total do passivo não corrente		178 151	177 017
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	17	217 226	170 591
Estado e outros entes públicos	18	169 853	190 565
Outras dívidas a pagar	17	2 352 260	1 801 182
Diferimentos	10	3 257 055	4 762 766
Total do passivo corrente		5 996 394	6 925 104
Total do passivo		6 174 545	7 102 121
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7 537 789	8 370 083

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2024.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2024	2023
Vendas e serviços prestados	21	2 025 858	1 711 847
Subsídios à exploração	22	3 735 670	3 927 098
Fornecimentos e serviços externos	23	(1 266 469)	(1 491 745)
Gastos com o pessoal	24	(4 200 102)	(3 587 348)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	9	20 860	(296 275)
Provisões ((aumentos) / reduções)	16	(3 127)	5
Outros rendimentos	25	271 774	246 621
Outros gastos	26	(106 343)	(63 756)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		478 120	446 447
Gastos de depreciação e de amortização	29	(301 252)	(209 640)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		176 868	236 807
Juros e rendimentos similares obtidos		105 255	35 332
Juros e gastos similares suportados	27	(2 671)	(3 255)
Resultado antes de impostos		279 452	268 884
Impostos sobre o rendimento do exercício	8	(77 671)	(71 293)
Resultado líquido do exercício		201 781	197 591
Resultado por unidade de participação	30	1,01	0,99

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Fundos	Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	Reserva legal	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2023		1 000 000	781 108	3 081	(1 076 885)	283 924	193 124	1 184 352
Operações com detentores de fundos no exercício:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022	15	-	-	-	193 124	-	(193 124)	-
Restituição de prestações acessórias	13	-	(96 500)	-	-	-	-	(96 500)
Alterações no exercício:								
Subsídios ao investimento	14	-	-	-	-	(22 133)	-	(22 133)
Impostos diferidos	8 e 14	-	-	-	-	4 652	-	4 652
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023		-	-	-	-	-	197 591	197 591
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1 000 000	684 608	3 081	(883 761)	266 443	197 591	1 267 962
Operações com detentores de fundos no exercício:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023	15	-	-	-	197 591	-	(197 591)	-
Restituição de prestações acessórias	12	-	(99 000)	-	-	-	-	(99 000)
Alterações no exercício:								
Subsídios ao investimento	14	-	-	-	-	(9 492)	-	(9 492)
Impostos diferidos	8 e 14	-	-	-	-	1 993	-	1 993
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024		-	-	-	-	-	201 781	201 781
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1 000 000	585 608	3 081	(686 171)	258 944	201 781	1 363 244

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações nos fundos patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		2 242 309	2 595 251
Recebimentos de subsídios à exploração		3 261 798	3 435 948
Pagamentos a fornecedores		(1 265 370)	(1 595 476)
Pagamentos ao pessoal		(4 178 068)	(3 643 225)
Fluxos gerados pelas operações		60 669	792 498
Pagamento de imposto sobre o rendimento		(9 829)	(72 966)
Outros (pagamentos) / recebimentos		(225 031)	(227)
Fluxos das atividades operacionais [1]		(174 191)	719 305
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(574 837)	(311 861)
		(574 837)	(311 861)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		105 255	35 332
Subsídios investimento	14	155 660	191 393
		260 915	226 725
Fluxos das atividades de investimento [2]		(313 922)	(85 136)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Prestações acessórias	12	(99 000)	(96 500)
Juros e gastos similares		(2 671)	(3 255)
		(101 671)	(99 755)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(101 671)	(99 755)
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]		(589 783)	534 414
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	5 383 317	4 848 903
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	4 793 534	5 383 317

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

5.2. Anexo às Demonstrações Financeiras

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O INOV – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Inovação ("Instituto" ou "INOV") é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, constituída em 28 de julho de 2000 e que tem como atividade principal a prestação de serviços no campo da inovação e desenvolvimento tecnológico orientada a entidades de natureza empresarial e organismos públicos.

O Instituto é detido em 95% pelo INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC") e em 5% pelo INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas de Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa ("INESC ID"). Consequentemente, as operações do Instituto são influenciadas conjuntamente por estes dois associados.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Instituto opera.

É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Instituto, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março de 2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo ("ESNL"), e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF - ESNL".

Estas alterações entraram em vigor em 1 de janeiro de 2016, sendo de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após aquela data.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidas de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Instituto operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Instituto dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as mesmas no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras em empresas participadas são registadas ao custo de aquisição e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. Os rendimentos resultantes das participações financeiras (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Vidas úteis e depreciação:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis do Instituto possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expetativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.6. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.7. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Instituto irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Caso ocorram fatos subsequentes que demonstrem existir um risco de não cobrança destes valores, são registadas imparidades para cobrir esse risco.

Subsídios ao investimento:

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados nos fundos patrimoniais, como outras variações nos fundos patrimoniais e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Subsídios à exploração:

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo que têm por finalidade compensar gastos já incorridos ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais ou no âmbito de projetos europeus são registados na rubrica "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento, registando-se no passivo ("Diferimentos") os adiantamentos e no ativo ("Outros créditos a receber") os montantes a receber.

3.8. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente nos fundos patrimoniais. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados nos fundos patrimoniais.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expetativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) o Instituto tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) o Instituto tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

- Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

- Passivos contingentes:

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

- Ativos contingentes:

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.10. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de descontos e outros abatimentos e é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Instituto não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto; e
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente dos serviços prestados é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Nos casos em que existe uma incerteza fundamental na cobrança de saldos de clientes e ou outros devedores, a correspondente receita originada pelas vendas e pelos serviços prestados pelo Instituto é integralmente diferida.

O rédito dos contratos de prestações de serviços de caráter plurianual é apurado de acordo com o estado de execução dos projetos e na parte correspondente aos gastos efetivamente incorridos,

registando-se no ativo os valores a faturar com base em estimativas desses gastos, ou no passivo os serviços por prestar.

3.11. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Instituto se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes e outros créditos a receber;
- Fornecedores e outras dívidas a pagar; e
- Financiamentos obtidos.

Caixa e equivalentes de caixa:

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

O Instituto desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Instituto reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Instituto desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.12. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Reconhecimento de subsídios à exploração:

O Instituto regista os subsídios à exploração de acordo com a fase de acabamento dos projetos que lhes estão associados.

- Registo de provisões:

O Instituto analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Perdas por imparidade em contas a receber e ativos não correntes:

O risco de não cobrança dos saldos de contas a receber, em particular de valores a receber relativos a subsídios à exploração é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica da entidade financiadora, natureza do projeto envolvido e enquadramento macroeconómico. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis:

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Instituto espera que um ativo esteja disponível para uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

3.14. Classificações de balanço

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos cuja exigibilidade o Instituto não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço, ou que são expetáveis que se realizem no decurso normal das operações.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "Caixa e depósitos bancários" e "outos ativos" do balanço era como segue:

	2024	2023
Depósitos à ordem imediatamente mobilizáveis	793.534	483.317
Depósitos a prazo	3.500.000	4.900.000
Caixa e depósitos bancários	4.293.534	5.383.317
Outros ativos correntes (a)	500.000	-
	500.000	-

Os depósitos a prazo, apesar de vencimento superior a três meses a contar da data de balanço, podem ser mobilizados em qualquer momento sem perda de valor para o Instituto e, são remunerados a taxas normais de mercado para operações similares.

(a) Em janeiro de 2024, foi constituído um depósito a prazo na Caixa Geral de Depósitos, com um prazo de 1 ano e não mobilizável, no valor de 500.000 Euros.

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILISTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

2024	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
Ativo bruto:							
Saldo inicial	-	1.723.021	360.129	109.647	722.886	14.454	2.930.137
Aquisições	8.948	74.074	304.060	-	-	101.186	488.268
Alienações/abates	-	-	(10.517)	(817)	-	-	(11.334)
Transferências	-	24.584	-	-	-	(24.584)	-
Saldo final	8.948	1.821.678	653.673	108.830	722.886	91.057	3.407.072
Depreciações acumuladas:							
Saldo inicial	-	1.350.314	215.323	103.951	722.886	-	2.392.474
Depreciações do exercício (Nota 29)	149	185.758	107.792	5.696	-	-	299.395
Abate/ Alienações	-	-	(10.517)	(817)	-	-	(11.334)
Saldo final	149	1.536.072	312.598	108.830	722.886	-	2.680.535
Ativo líquido	8.799	285.606	341.075	-	-	91.057	726.538

2023	Equipamento básico	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
Ativo bruto:							
Saldo inicial	-	1.389.733	297.850	101.403	722.886	138.580	2.650.452
Aquisições	-	178.509	92.279	8.586		31.296	310.670
Alienações/abates	-	(1.043)	(30.000)	(342)	-	-	(31.385)
Transferências	-	155.822	-	-	-	(155.822)	-
Saldo final	-	1.723.021	360.129	109.647	722.886	14.454	2.930.137
Depreciações acumuladas:							
Saldo inicial	-	1.190.113	200.431	100.822	722.886	-	2.214.252
Depreciações do exercício (Nota 29)	-	161.244	44.892	3.471	-	-	209.607
Reversões	-	(1.043)	(30.000)	(342)	-	-	(31.385)
Saldo final	-	1.350.314	215.323	103.951	722.886	-	2.392.474
Ativo líquido	-	372.707	144.806	5.696	-	14.454	537.665

O aumento verificado na rubrica de "Equipamento básico" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, corresponde, essencialmente, à aquisição de equipamento informático e eletrónico, no âmbito dos diversos projetos que o Instituto atualmente executa.

No ano de 2024 a entidade renovou também a frota de carros que possuí, verificando se a aquisição de novas viaturas.

Durante o exercício de 2024, os equipamentos que estavam em ativo em curso no final de 2023 foram entregues e, consequentemente, transferidos para firme, dando início à sua vida útil durante o período.

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Instituto detinha a seguinte participação financeira:

Rubricas	Percentagem de participação	Valor da participação	Perdas por imparidade	Valor da participação em balanço
Petsys, Medical PET Imaging Systems, S.A. ("Petsys")	6,08%	25.230	(25.230)	-
Seapower - Associação para o Desenvolvimento da Economia do Mar	5,00%	2.500	-	2.500
		27.730	(25.230)	2.500

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição. O valor do investimento financeiro detido sobre a Petsys encontra-se reduzido por perdas por imparidade dado que o seu valor estimado de realização é inferior ao custo de aquisição.

Durante o exercício de 2024, foi adquirida uma nova participação financeira relativa a 5% da Seapower.

- Outros ativos financeiros

- Fundo de Compensação de Trabalho

Foi publicada no Diário da República a Lei nº70/2013, de 30 de agosto, que veio estabelecer os regimes jurídicos do Fundo de Compensação de Trabalho ("FCT"), do Mecanismo Equivalente ("ME") e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho ("FGCT").

Estes regimes são aplicáveis aos contratos celebrados a partir de 1 de outubro de 2013.

O FCT e o FGCT, são fundos de adesão individual e obrigatória pelo empregador, podendo este, no entanto aderir ao ME, em alternativa ao FCT, nos termos estabelecidos pela lei, optando o Instituto pelo FCT e pelo FGCT.

O Instituto tem de inscrever obrigatoriamente o novo trabalhador contratado nos dois mecanismos, criados para assegurar o pagamento de metade da compensação ao trabalhador em caso de cessão do contrato de trabalho.

Ao FCT (conta poupança das empresas) o Instituto paga 0,925% e ao FGCT ou ME 0,075%, da retribuição do trabalhador. As entregas são mensais, nos prazos previstos para o pagamento de contribuições à Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresentava um saldo de 13.527 Euros e de 13.527 Euros, respetivamente, referentes a estes fundos.

8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Instituto encontra-se sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC. A Empresa, como associação sem fins lucrativos e que não exerce a título principal uma atividade comercial, não está sujeito a Derrama, daí a taxa de imposto calculada ser de 21%.

Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

A dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada, ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Instituto encontra-se sujeito adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Período de revisão:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Instituto dos anos de 2020 a 2024 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração do Instituto entende que as eventuais correções, resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

O imposto corrente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi apurado como segue:

	2024	2023
Resultado antes de impostos	279.452	268.884
Taxa nominal de imposto	21%	21%
Imposto esperado	58.685	56.466
Ajustamentos à coleta (i)	18.986	14.827
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 18)	77.671	71.293

(i) Este montante corresponde à parcela de IRC que resulta da tributação autónoma das despesas de representação, ajudas de custo e das despesas com viaturas.

Impostos diferidos:

Os passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respeitam às diferenças temporárias geradas com o registo dos subsídios ao investimento que, de acordo com a NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo, são registados em fundos patrimoniais (Nota 14).

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 de 2023, foi o seguinte:

	Subsídios ao investimento
Saldo em 1 de janeiro de 2023	75.478
Constituição (Nota 14)	(4.652)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	70.826
Constituição (Nota 14)	(1.993)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	68.833

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as contas a receber do Instituto tinham a seguinte composição:

	2024		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes:			
Clientes gerais	701.204	(354.761)	346.443
Clientes - partes relacionadas (Nota 28)	18.585	-	18.585
	719.789	(354.761)	365.028
Outros créditos a receber:			
Subsídios à exploração	2.219.251	(1.096.109)	1.123.142
Adiantamento a fornecedores	6.599	-	6.599
Outros	377.491	-	377.491
	2.603.341	(1.096.109)	1.507.232
	3.323.130	(1.450.870)	1.872.260

	2023		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes:			
Clientes gerais	774.701	(437.099)	337.602
Clientes - partes relacionadas (Nota 28)	72.836	-	72.836
	847.537	(437.099)	410.438
Outros créditos a receber:			
Subsídios à exploração	2.805.303	(1.034.631)	1.770.672
Adiantamento a fornecedores	1.239	-	1.239
Outros	233.388	-	233.388
	3.039.930	(1.034.631)	2.005.299
	3.887.467	(1.471.730)	2.415.737

Os subsídios à exploração em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respeitam aos montantes a receber referentes aos subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e europeus reconhecidos na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento. As perdas por imparidade registadas correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Instituto para parcelas que não serão recebidas.

O movimento das perdas por imparidade acumuladas para contas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi como segue:

	2024				
Descrição	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Utilizações	Saldo final
Clientes	437.099	-	(82.338)	-	354.761
Outras contas a receber	1.034.631	147.500	(86.022)	-	1.096.109
	1.471.730	147.500	(168.360)	-	1.450.870

	2023				
Descrição	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Utilizações	Saldo final
Clientes	462.455		(25.356)	-	437.099
Outras contas a receber	713.000	321.631	-	-	1.034.631
	1.175.455	321.631	(25.356)	-	1.471.730

Em 2023, o Consórcio Be4You (plataforma preditiva de análise do estado de saúde e bem-estar de que faz parte o Instituto), no âmbito de uma decisão de revogação da aprovação do financiamento atribuído em 2021 ao projeto, no quadro do programa Portugal 2020, financiado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, foi notificado para proceder à devolução dos valores apresentados. Essa decisão de revogação implicaria para o INOV um potencial de devolução de financiamento processado no valor total de 141.153 Euros, pelo que no respetivo exercício, foi constituída uma provisão de 151.000 Euros (incluindo os valores pendente de recebimento).

A decisão o de revogação o da aprovação do financiamento atribuído em 2021 ao Projeto Be4You acabou por ser anulada administrativamente em novembro de 2024. O procedimento administrativo foi retomado para apuramento das despesas elegíveis de cada um dos membros do consórcio Be4You, sendo que em 13 de janeiro de 2025 foram estes notificados dos respetivos projetos de decisão. No caso do Instituto, foi apurada uma ordem de devolução o no montante de 57.180 Euros. Assim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi revertida a provisão relativa ao projeto Be4You, no valor de 86.022 Euros.

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de "Diferimentos" tinham a seguinte composição:

	2024	2023
Ativo:		
Diversos	18.445	18.680
Passivo:		
Subsídios à exploração (Nota 3.7)	2.258.963	3.865.748
Prestação de serviços e outros projetos (a)	998.092	897.018
	3.257.055	4.762.766

(a) - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica inclui faturação efetuada a clientes, no âmbito do projeto CICLOPE, cujos trabalhos ainda não estavam totalmente terminados à data de fim do exercício.

11. FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os fundos do Instituto encontram-se totalmente subscritos e realizados, sendo compostos por 200.000 unidades de participação com o valor nominal de 5 Euros cada.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os fundos eram detidos pelas seguintes entidades:

	%	Montante
INESC	95%	950.000
INESC ID	5%	50.000
	100%	1.000.000

12. OUTROS INSTRUMENTOS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os outros instrumentos dos fundos patrimoniais respeitam a prestações acessórias concedidas pelo INESC, em dinheiro. O Instituto tem por referência o estipulado na legislação comercial, equiparando as mesmas ao regime de reembolso das prestações suplementares dado que não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi aprovada em Assembleia Geral a restituição de prestações acessórias no montante de 99.000 Euros.

13. RESERVA LEGAL

O Instituto segue o estipulado na legislação comercial que estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do fundo. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Instituto, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada nos fundos.

14. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" apresentou o seguinte movimento:

	Outras variações nos fundos patrimoniais
Saldo em 1 de janeiro de 2023	283.924
Reconhecimento do exercício (Nota 25)	(213.526)
Subsídios obtidos	191.393
Imposto diferido (Nota 8)	4.652
Saldo em 31 de dezembro de 2023	266.443
Reconhecimento do exercício (Nota 25)	(165.153)
Subsídios obtidos	155.661
Imposto diferido (Nota 8)	1.993
Saldo em 31 de dezembro de 2024	258.944

Estes montantes respeitam aos subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis e são reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

15. APLICAÇÃO DO RESULTADO

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 17 de abril de 2024, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de 197.591 Euros, foi integralmente transferido para Resultados transitados.

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 18 de abril de 2023, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 193.124 Euros, foi integralmente transferido para Resultados transitados.

16. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o movimento das provisões foi conforme segue:

	Provisões
Saldo em 1 de janeiro de 2023	11.196
Reforço	(5)
Reforço (via gastos com pessoal)	95.000
Saldo em 31 de dezembro de 2023	106.191
Reversão	3.127
Reforço (via gastos com pessoal)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	109.318

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Instituto reconheceu uma provisão no valor de 95.000 referente a horas de formação não realizadas que, pela sua natureza, reconheceu por contrapartida de gastos com pessoal.

17. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" tinham a seguinte composição:

	2024	2023
Fornecedores, conta corrente:		
Gerais	109.999	143.653
Partes relacionadas (Nota 28)	38.961	26.140
Fornecedores de investimento	68.266	798
	217.226	170.591
Outras dívidas a pagar:		
Credores por acréscimo de gastos:		
Remunerações a liquidar	1.197.829	1.045.205
Outros acréscimos	196.485	320.398
	1.394.314	1.365.603
Parceiros	943.954	409.989
Outras dívidas a pagar	13.992	25.590
	2.352.260	1.801.182
	2.569.486	1.971.773

As remunerações a liquidar em 31 de dezembro de 2024 e 2023, incluem, essencialmente, as estimativas de gastos com férias, subsídios de férias e prémios a liquidar.

Os outros acréscimos de gastos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 respeitam à estimativa de gastos com prestações de serviços efetuados por terceiros no âmbito das atividades do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os outros acréscimos de gastos incluem o montante 103.001 Euros e 85.486 Euros, respetivamente relativo a acréscimos de gastos com partes relacionadas (Nota 28).

O montante de outras dívidas a pagar relativas a "Parceiros" é referente ao montante que o Instituto tem a pagar aos parceiros dos projetos em curso, como coordenador desses projetos.

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" tinham a seguinte composição:

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC:				
Estimativa de imposto (Nota 8)	-	67.652	-	70.911
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	37.795	-	41.446
Contribuições para a Segurança Social	-	64.407	-	65.949
Imposto sobre o Valor Acrescentado	25.117	-	-	12.088
Outros impostos	-	-	-	191
	25.117	169.853	-	190.585

19. LOCAÇÕES

O Instituto é parte em diversos contratos de locação operacional, essencialmente, relacionados com o arrendamento de espaços pelo INESC.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais relativos a equipamento básico e de transporte, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a liquidar no prazo de um ano (curto prazo), correspondem a, aproximadamente, a 53.659 Euros e 193.131 Euros, respetivamente.

Adicionalmente, o Instituto tem um contrato de arrendamento com o INESC relativo às suas instalações por prazo indefinido, estimando-se que o valor das rendas futuras corresponda a montante de, aproximadamente, 219.216 Euros por ano.

20. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Instituto tinha um montante de garantias bancárias prestadas no montante de 129.777 Euros. Estas garantias destinavam-se a garantir o bom cumprimento das obrigações assumidas pelo Instituto em contratos de fornecimento de serviços de telecomunicações e energia, e em contratos com clientes referentes à execução de instalações do sistema Ciclope adjudicadas ao Instituto.

21. RÉDITO

A rubrica "Vendas e serviços prestados", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Serviços prestados	2.025.858	1.711.847

Os serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respeitam maioritariamente a prestação de serviços de apoio efetuadas pelo Instituto a terceiros no âmbito de projetos diversos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram prestados serviços a partes relacionadas nos montantes de 223.628 Euros e 135.037 Euros, respetivamente (Nota 28).

22. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica "Subsídios à exploração", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Projetos nacionais	1.740.670	1.571.190
Projetos europeus	1.995.000	2.355.908
	3.735.670	3.927.098

Os valores recebidos pelo Instituto, correspondentes a subsídios à exploração, encontram-se sujeitos a diversos níveis de verificação e a exames a realizar pelas entidades que os concederam. Assim, os montantes recebidos a título de subsídios e ainda não integralmente verificados e examinados por aquelas entidades, podem ser sujeitos a eventuais correções. Contudo, a Administração do Instituto entende que eventuais correções resultantes de revisões / inspeções por parte das autoridades competentes não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, considerando as perdas de imparidade registadas.

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Rendas e alugueres	277.401	246.845
Deslocações e estadas	231.974	291.254
Trabalhos especializados	232.373	239.171
Componentes	168.363	357.282
Ferramentas e utensílios	113.199	121.286
Honorários	75.072	65.230
Outros	73.141	73.269
Despesas de logística	31.165	28.624
Comunicação	26.232	21.745
Energia e fluídos	21.765	25.801
Seguros	15.784	21.238
	1.266.469	1.491.745

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram obtidos serviços de partes relacionadas, no montante de 279.863 Euros e 226.738 Euros, respetivamente (Nota 28).

A variação da rubrica de "Componentes" está relacionada com a variação e natureza dos serviços prestados, nomeadamente nos serviços do projeto Ciclope.

24. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica "Gastos com o pessoal", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Remunerações	3.225.552	2.682.320
Bolsas	91.469	169.029
Encargos sobre as remunerações ao pessoal	587.714	532.479
Refeições	177.936	151.488
Seguros	95.723	43.668
Indemnizações ao pessoal	10.259	1.680
Outros	11.449	6.684
	4.200.102	3.587.348

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Instituto teve ao seu serviço, em média, 104 e 112 empregados, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2024 houve um aumento de gastos com pessoal associado à comparticipação por parte do PRR de gastos desta natureza em programas de investigação. O programa comparticipa a contratação de novos funcionários e não o pagamento de honorários pagos aquando da contratação por via de recibos verdes. Adicionalmente, houve também um aumento dos salários na casa dos 3,5%.

25. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica "Outros rendimentos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Subsídios ao investimento (Nota 14)	165.153	213.526
Outros	106.621	33.095
	271.774	246.621

26. OUTROS GASTOS

A rubrica "Outros gastos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Quotizações	9.734	16.802
Impostos	2.888	2.190
Outros	93.721	44.764
	106.343	63.756

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram registados outros gastos referentes a partes relacionadas no montante de 5.390 Euros e 4.898 Euros, respetivamente (Nota 28).

27. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e gastos similares suportados, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tinham a seguinte composição:

	2024	2023
Outros	2.671	3.255
	2.671	3.255

28. PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2024		
	Serviços prestados (Nota 21)	Outros gastos (Nota 26)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 23)
INESC	54.505	1.295	249.863
INESC ID	161.323	-	-
INESC MN	-	-	-
IST	7.800	4.095	30.000
INESCTEC	-	-	-
	223.628	5.390	279.863

	2023		
	Serviços prestados (Nota 21)	Outros gastos (Nota 26)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 23)
INESC	13.768	1.110	226.738
INESC ID	76.952	-	-
INESC MN	30.977	-	-
IST	13.340	3.788	-
INESCTEC	-	-	-
	135.037	4.898	226.738

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as transações efetuadas entre as partes relacionadas respeitam, essencialmente, a rendas de espaços e cedências de recursos humanos e gastos administrativos.

Saldos com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Instituto apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2024		
	Clientes (Nota 9)	Fornecedores (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 17)
INESC	590	8.961	45.587
INESC ID	17.195	-	57.414
INESC MN	-	-	-
INESCTEC	-	-	-
IST	800	30.000	-
	18.585	38.961	103.001

	2023		
	Clientes (Nota 9)	Fornecedores (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 17)
INESC	590	26.140	-
INESC ID	8.511	-	-
INESC MN	62.640	-	-
INESCTEC	-	-	32.846
IST	1.095	-	52.640
	72.836	26.140	85.486

29. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

A rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	299.395	209.607
Ativos intangíveis	1.857	33
	301.252	209.640

30. RESULTADO POR UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

O resultado por unidade de participação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi determinado como segue:

	2024	2023
Resultado líquido do exercício	230.523	197.591
Número de unidades de participação (Nota 11)	200.000	200.000
Resultado por unidade de participação básico	1,15	0,99

31. OUTROS PROJETOS

De acordo com os procedimentos estabelecidos nos programas de financiamento de projetos, apresenta-se a agregação de Gastos e Rendimentos do exercício por atividades:

Custos e rendimentos por atividade	Atividade Projetos Co-Financiados	Atividade Prestação de serviços	Total
Rendimentos totais	3 975 100	2 244 447	6 219 547
Gastos totais	4 171 119	1 846 648	6 017 767
Margem	(196 019)	397 799	201 780

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde 31 de dezembro de 2024 até esta data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

6. Relatórios de Auditoria

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Associados do

INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação

1. No âmbito das suas atribuições, e em conformidade com as disposições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 elaboradas pela Direção do INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação (INESC INOV).

2. O Conselho Fiscal acompanhou ao longo do exercício a atividade do INESC INOV através da realização de reuniões trimestrais onde foram analisados os documentos síntese da atividade trimestral desenvolvida elaborados e apresentados pela Direção do INESC INOV, bem como os balanços e demonstrações de resultados elaborados pela Direção Financeira.

3. No âmbito das nossas funções, analisámos as demonstrações financeiras que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2024, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras. Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão do ano de 2024 preparado pela Direção e a proposta de aplicação de resultados nele incluída.

4. Como consequência do trabalho efetuado, o Revisor Oficial de Contas membro do Conselho Fiscal emitiu na presente data a Certificação Legal das Contas, sem reservas nem ênfases, a cujo teor damos a nossa concordância, e tomámos conhecimento do Relatório de Auditoria emitido pela Deloitte & Associados, SROC, SA, também com opinião sem reservas nem ênfases.

5. Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras suprareferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, elaboradas e apresentadas pela Direção do INESC INOV estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação e aprovação em Conselho Geral de Associados.

Lisboa, 11 de abril de 2025

O CONSELHO FISCAL

João Manuel Ricardo Catarino - Presidente

Soledade Maria Silva Duarte - Vogal

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda. - Vogal
Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC nº 432
ROC registado na CMVM com o n.º 20160133

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180-4º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação (Instituto) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 7.537.789 euros, um total de fundos patrimoniais de 1.363.244 euros incluindo um resultado líquido de 201.781 euros) a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de relato Financeiro adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades, e
- O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Instituto, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 4 de abril de 2025

Victor Franco

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC Nº 432
ROC registado na CMVM com o n.º 20160133

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INOV – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Inovação ("Instituto" ou "INESC"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um ativo total de 7.537.789 Euros e um total de fundos patrimoniais de 1.363.244 Euros, incluindo um resultado líquido de 201.781 Euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

MAKING AN IMPACT THAT MATTERS since 1845

bsi ISO 22301 Business Continuity Management CERTIFIED ISO/IEC 27001 Information Security Management CERTIFIED

"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anonima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2025. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 4 de abril de 2025

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel Cabaço da Silva, ROC
Registo na OROC n.º 1462
Registo na CMVM n.º 20161072

INOV inesc

Sede: Rua Alves Redol, 9
1000-029 Lisboa

Site: www.inov.pt